



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

**Comissão de Gestão de Florestas Públicas - CGFLOP
17 de novembro de 2009**

Ata - 18ª Reunião Ordinária

Às 9:00h do dia 17 de novembro de 2009, no Edifício Sede do CENAFLOP, em Brasília, Capital Federal, deu-se início a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP), presidida pelo Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro, Antônio Carlos Hummel.

1. Abertura

Antônio Hummel (SFB) abriu a reunião e solicitou aos membros que compunham a mesa que se apresentassem. Em seguida, solicitou a aprovação da agenda e informou que ao final dos trabalhos, se houver algum outro tema, este poderá ser discutido.

Perguntou se havia algum comentário sobre a ata da 17ª reunião ordinária. Diante da concordância de todos, a ata da 17ª Reunião Ordinária da CGFLOP foi aprovada.

Convidou, então, Gustavo Machado para realizar a apresentação relacionada com o tema 1 da pauta: pré-lançamento do Cadastro de Florestas Públicas.

2. Tema de Pauta 1: Pré-lançamento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas 2009

Gustavo Machado (SFB) iniciou a apresentação destacando que desde 2006 o Serviço Florestal vem trabalhando junto a parceiros na tentativa de levantar todo o patrimônio imobiliário relativo às florestas públicas que existem no País. Explicou que o Cadastro Nacional de Florestas Públicas começou a nascer em 2006, teve a sua primeira publicação em 2007, em 2008 houve uma atualização e agora é apresentada a segunda atualização.

Relatou a forma como foram obtidos os dados iniciais do Cadastro e como ocorrem atualmente as atualizações. Esclareceu que, dentro do Serviço Florestal Brasileiro, os dados do Cadastro são utilizados na definição das prioridades para o monitoramento e promoção do uso econômico sustentável. O cadastro serve de base para o Plano Anual de Outorga, pois dá a dimensão do que existe, auxiliando no planejamento das concessões florestais.

Foram apresentados os números atualizados do Cadastro e, principalmente, as áreas que foram acrescentadas nesta última atualização.

Ao final da apresentação, comunicou que o Serviço Florestal fez a publicação de um mapa informativo sobre as florestas públicas, e que este mapa será distribuído em todas as reuniões na qual o Serviço Florestal participa.

Cláudia Ramos (SFB) apresentou-se como a diretora responsável pela área de cadastro de florestas públicas dentro do Serviço Florestal. Chamou a atenção para a importância do cadastro como uma das fontes, no Governo Federal, que reúne informações muito importantes que servem como instrumento de gestão.

Ressaltou o papel dos Estados no cadastramento e que essa atuação é voluntária, pois não existe um fluxo sistematizado de coleta desses dados. Convidou os membros da Comissão a participarem ativamente do processo de cadastramento e ofereceu exemplares do mapa para que cada um distribua em seu estado ou na instituição em que atua para auxiliar na divulgação do cadastro.

José Rubens Pereira Gomes (FBOMS) questionou o fato de que os 35 milhões de áreas não destinadas não significa que elas não estejam ocupadas. Ressaltou que essas áreas não estão livres, não existe espaço vazio na floresta e que existe a preocupação do movimento social porque boa parte das terras griladas estão aí. Alertou que o governo precisa se unir com os movimentos, os próprios governos estaduais, para resolver essa pendenga que tem gerado muita infelicidade, muita violência no campo, tem gerado muita destruição no próprio patrimônio da Sociedade Brasileira. Questionou se houve aumento ou diminuição nos 61 ou 62% de terras públicas na Amazônia destinadas a uso comunitário.

Gustavo Machado (SFB) informou que, conforme o mapa, o uso comunitário foi de 126 milhões de hectares. Esclareceu que esse número aumentou em relação a 2008 com o advento da identificação de áreas que estavam destinadas aos assentamentos rurais de modalidade pública: PDS, PAE e PAF. Dessa forma, descobriu-se que áreas que eram consideradas sem destino já estavam destinadas e isso fez subir a curva de áreas destinadas para o uso comunitário dentro do Cadastro. Destacou que existem mais áreas, pois sabe-se que o número de áreas de assentamentos no Cadastro é inferior ao que existe no INCRA. Há um déficit no Cadastro, mas ainda não foi possível resolver porque os dados não foram fornecidos pelo INCRA. Informou também que essas áreas que hoje são tratadas como não destinadas, estão, na verdade, ocupadas por populações tradicionais, por índios isolados ou por outras comunidades. Defendeu que o governo federal e estadual deve gerir essas áreas, mesmo que ainda não se identifique se elas têm atributo para a conservação da natureza ou se deveriam ser incorporadas aos tradicionais que ali vivem. Disse ainda que essas áreas não podem ficar abandonadas, à mercê da grilagem, à mercê do desmatamento.

Rubens Pereira Gomes (FBOMS) concordou com as palavras da Cláudia, pois o cadastro é uma grande arma, para o bem e para o mal, considerando a incapacidade de gestão do nosso Estado. Destacou que poderá gerar muito mais dificuldades para as ocupações indevidas do que propriamente para destinação e para gestão. Então, na realidade, existe a preocupação em tornar público informações dessa natureza, pois pode gerar muito mais dificuldades para as populações que vivem na floresta, muito mais violência do que propriamente garantir um patrimônio da nação. Alertou que é preciso ter muito cuidado, principalmente para quem trabalha com área de segurança, porque é uma informação extremamente preciosa. São dados georeferenciados que cria oportunidade para o outro lado se profissionalizar cada vez mais e gerar muito mais destruição e conflitos do que de fato trazer soluções, que é o que nós buscamos aqui. Declarou que o objetivo é que o Estado passe a se responsabilizar de fato e de direito por um patrimônio público, que passe a arrecadar e destinar corretamente. Finalizou esclarecendo que a finalidade não é gerar informações preciosas para alimentar uma bandidagem que está viva no nosso País.

Milton Kanashiro (Embrapa) solicitou informações sobre como se inicia o processo de destinação. Alegou desconhecer o início desse processo e o papel do Serviço Florestal com relação aos estados.

Gustavo Machado (SFB) esclareceu que, em relação à questão da destinação, essas terras são patrimônio da União e que boa parte delas possui o registro imobiliário em nome de um ente, representante da Federação. A destinação de muitas dessas áreas ocorre devido a demandas sociais, que é o caso da criação de Unidades de Conservação, ou por demandas da sociedade, outras são criadas por possuírem atributos de conservação. Sabe-se que algumas dessas glebas públicas federais estão em processo de criação de Unidade de Conservação, com o processo já todo instaurado, feito na Casa Civil, pronto para ser analisado e chancelado pelo Presidente.

Ressaltou que existem estudos, propostas de destinação para o uso comunitário, através da criação de projetos de assentamento e que existem áreas ocupadas por índios isolados e que são objeto de estudo da FUNAI. Então, esclareceu que o Serviço Florestal Brasileiro tem feito um trabalho de articulação com o Instituto Chico Mendes na questão da criação de Unidades de Conservação.

Informou ainda que recentemente o Ministro do Meio Ambiente criou um Grupo de Trabalho no âmbito do programa Terra Legal, que uniu o Instituto Chico Mendes e Serviço Florestal Brasileiro para que os dois fizessem um olhar crítico em cima dessas áreas não destinadas, em cima dessas glebas arrecadadas pela União e que não têm destino. Nesse Grupo de Trabalho foi identificada uma série de interesses comuns entre as instituições para destinação dessas áreas. Então, identificaram-se as áreas de interesse do Serviço Florestal Brasileiro, no âmbito da sua gestão para concessão, para criação de florestas nacionais. E

o Chico Mendes também identificou áreas para criação tanto de áreas de proteção integral como para áreas de uso sustentável.

Em relação ao papel do Serviço Florestal, informou que o artigo 4º da nossa Lei de Gestão de Florestas Públicas trata dos mecanismos de gestão de florestas públicas, a destinação para comunidades, a criação de florestas nacionais e reservas extrativistas. São atribuições intrínsecas do Instituto Chico Mendes, mas o Serviço Florestal tem dado uma grande colaboração, inclusive com a participação em alguns processos de criação de florestas nacionais dentro do Instituto Chico Mendes.

Cássio Trovatto (MDA) reforçou que esse material é um material de peso, ele traz informações extremamente relevantes e pode servir realmente para duas funções. Em relação ao programa Terra Legal, destacou que essa informação realmente tem que ser retornada a eles num debate mais aprofundado, numa sequência, numa continuidade das ações do programa Terra Legal para que possa estabelecer uma relação de quais são os avanços ao aumento da área que eles estarão trabalhando, visto que essa ação teve êxito e a idéia seria ampliar para toda a Amazônia. Alegou que isso certamente vai trazer números um pouco diferenciados a partir do desenvolvimento da ampliação das áreas de cobertura do programa. Concluiu que certamente pode trazer um pouco mais também de calma com relação a esses possíveis conflitos que possam estar sendo gerados

Gustavo Machado (SFB) concordou com os demais em relação à questão da publicização dessa informação. Argumentou que, em nosso País, quando se sabe que tem uma terra pública ali, o grileiro, que é muito bem articulado a nível político, vai lá e estabelece os condomínios, acho que todo mundo já deve ter escutado falar em Brasília. Apesar disso, o País não pode ter medo em relação a falar qual é o seu patrimônio, na verdade eu acho que o nosso País deve se espelhar em outros modelos em que quem era privado, teve que provar que o imóvel era seu. Mas, para isso, foi preciso que a força do Estado, a mão forte do Estado, estivesse presente. Para um País como o nosso, alegou ser fundamental começar a ter essa dimensão e não se esconder.

Cláudia Ramos (SFB) comentou entender a preocupação que o Cássio e o Rubens colocaram, mas lembrou uma época no Brasil em que quando havia o monitoramento do desmatamento, os dados ficavam preso a 7 chaves dentro do INPE. Nessa época, a sociedade implorava ao INPE para colocar esses dados públicos, porque queria acompanhar, queria checar, queria saber se a coisa funcionava, e havia uma resistência muito grande em disponibilizar esses dados. Alegou que os tempos mudaram, mudaram as cabeças, as direções, e esses dados foram disponibilizados. Isso só trouxe vantagens, porque agora a sociedade podia acompanhar e fazer também suas estimativas, usar as imagens de satélite. Foi tão bom para a sociedade como para o governo. Lembrou também que, em outra ocasião, as Unidades de Conservação eram também feitas trancafiadas no escritório e isso também trouxe uma série de problemas, porque muitas vezes colocavam uma área de proteção restrita em cima de uma área em que havia comunidades e depois gerava o conflito. Então, argumentou que o caso do cadastro é um pouco semelhante a essas histórias. Deveriam temer muito mais a falta de informação do que a informação em si, porque quando essa informação chega à sociedade, incluindo também o governo, existe o controle. Porque saber aonde estão as áreas públicas traz responsabilidade e necessidade de agir conforme os acontecimentos.

José Rubens Pereira Gomes (FBOMS) deixou claro que não estava, de forma alguma, defendendo a caixa preta. Esclareceu ser a favor da transparência, a favor de que os dados sejam públicos, a favor de que a sociedade tome conhecimento de tudo. No entanto, alertou para os riscos. Argumentou que a questão é a presença de Estado, é a governança que existe hoje é que é o problema. Então, afirmou concordar com a disponibilização, mas destacou que alguém tem que proteger, alguém tem que cumprir seu dever e que a sociedade civil faz esse papel, mas tem limitações. Afirmou que enquanto o Estado não assumir seu papel, é preciso ter atenção e que na reunião havia vários segmentos da sociedade, do próprio Governo que teriam que levar essa preocupação para suas bases. Disse que as informações são preciosíssimas, até porque nós a intenção é destinar o máximo possível para as populações que lá vivem e parte dessa floresta está protegida porque essas populações guarneceram essa floresta ao longo dos anos. Finalizou afirmando que há o desejo de proteger as florestas, e de que as florestas mantenham os seus serviços ambientais, mantenham a sua importância biótica e cumpra seu papel. Mas, é preciso ter muita clareza porque o nível de governança que temos hoje não é suficiente para garantir de fato que nós precisamos.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) agradeceu a participação do Gustavo e comentou sobre a importância do e resumiu concordando que é um trabalho que já deveria ter sido feito, como foi feito em outros países há 200 anos atrás. Destacou que esse tipo de informação dá clareza ao tema e com certeza vai ajudar o governo a ter melhor governança sobre essas florestas.

3. Tema de Pauta 2: Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar

Antônio Carlos Hummel (Presidente) anunciou o item seguinte da pauta, Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, a ser apresentado pela Márcia Muchagata.

Márcia Muchagata (SFB) iniciou a apresentação lembrando os principais elementos do decreto que foi assinado, instituindo o programa federal em junho desse ano, informou sobre as reuniões do Comitê Gestor e o Grupo de Trabalho e finalizou tratando especificamente do que está sendo desenhando no plano anual para 2010.

Disse que, no momento, já estava definido, com a concordância do Comitê Gestor, qual o público a ser beneficiado, as áreas principais a serem objeto de fomento, as ações e seus detalhamentos. Informou ainda que, para as ações de 2010, o que estava previsto inicialmente era trabalhar com um conjunto de ações: fortalecimento organizacional e institucional, regularização fundiária, ordenamento territorial, regularização ambiental, crédito, fomento incentivos, assistência técnica, extensão florestal, capacitação, pesquisa, desenvolvimento e inovação, produção, comercialização e beneficiamento, marcos regulatórios e sistemas de informações florestais. Informou, ainda, que o Grupo de Trabalho definiu, para esse plano, 10 linhas de ações prioritárias.

Fani Mamede (CONTAG) solicitou que o detalhamento do plano seja enviado por e-mail e afirmou achar importante o debate sobre as ações.

Márcia Muchagata (SFB) esclareceu que para o fortalecimento organizacional, o trabalho inicia com a definição de uma linha de ação a partir da identificação dos principais gargalos e de quais são as ações a serem desenvolvidas. Destacou que, para as áreas definidas como prioritária, serão desenvolvidas as 10 ações. Mas, nem sempre elas serão desenvolvidas em todas as áreas devido à restrição na disponibilidade orçamentária.

Apresentou as ações prioritárias definidas para atender aos gargalos identificados em cada área. Esclareceu que cada ação é bastante abrangente e que, embora já tenham sido definidas 10 ações como prioritárias, ainda falta complementar os dados com o órgão responsável, os parceiros e o volume de recurso a ser destinado a cada uma. Finalizou informando que será fornecida a todos os membros uma tabela completa com os dados de cada ação.

Cláudia Ramos (SFB) apresentou-se como a diretora responsável pela Gerência de Florestas Comunitárias e que esta é a Secretaria Executiva do Comitê Gestor. Informou que alguns participantes do Comitê e do Grupo de Trabalho estavam presentes.

Informou que, na reunião do Comitê Gestor e com o Grupo de Trabalho, houve um ganho fenomenal que foi ver as instituições trabalhando para que de fato elas tivessem ações conjuntas e focadas. Lembrou, ainda, que o decreto demorou a sair e que, com isso, o tempo foi muito curto para fazer esse primeiro plano. Finalizou informando que esse plano vai passar pela CGFLOP e pelo CONDRAF.

José Rubens Pereira Gomes (FBOMS) disse que, metodologicamente, mesmo sabendo que o tempo é limitado, não tinha ideia de que o plano seria desenvolvido por meia dúzia de cabeças e não voltando às populações, de que elas não fossem participar da construção do plano, pois foi esse o acordo feito na CONAFLOP. Esclareceu que o acordo previa a construção desse plano de uma forma bem participativa, onde os grupos de interesses pudessem ter participação concreta. Solicitou que seja registrado que não concordou com o processo e não participou do processo, que pegou o processo já caminhado e encaminhado.

Márcia Muchagata (SFB) informou que houve, inclusive, orçamento para que fossem realizadas audiências públicas sobre o plano, mas o calendário não permitiu. Esclareceu que, com a assinatura do decreto em junho, não houve tempo hábil para haver a consulta pública. Argumentou que foi construído um Grupo de Trabalho extremamente representativo e que a reunião contou com a participação do GTA, FETA-GRI, MST, Contag, IBAMA, EMBRAPA, MDA e COIAB. Essa reunião, embora não seja equivalente a uma consulta pública, ela foi bastante representativa em termos de ter sociedade civil na elaboração do plano e também o fato de o plano ser submetido, como o decreto coloca, à CGFLOP, que é um órgão colegiado representativo, e ao CONDRAF, que é outro órgão que também congrega uma série de instituições de sociedade civil e Governo. Então, nesse sentido, considerou que, em termos de representação, os interlocutores desse plano são altamente habilitados para a discussão.

Finalizou informando que se espera que haja tempo hábil para essas consultas no próximo plano. Acrescentou ainda que, em 15 de dezembro, com esse plano fechado, haverá um avanço muito importante e que considera que esse plano foi construído de maneira representativa.

José Rubens Pereira Gomes (FBOMS) afirmou não querer tirar o mérito da Comissão nem do grupo, mas registrou que foi um acordo e que, por mais representação que tenhamos tido, o acordo feito com os companheiros não foi esse.

Informou que, no Amazonas, tem um município, Boa Vista dos Ramos, que busca há alguns anos e lamentavelmente não tem tido apoio governamental e local para a questão do desenvolvimento sustentável e a implementação dos manejos. Confessou que foi uma surpresa não ter, uma decepção Boa Vista não estar contemplada num processo dessa natureza. Tem famílias lá em Boa Vista manejando 50 hectares, eles estão se autofinanciando, eles têm apenas uma assistência técnica dada pela OELA de um técnico florestal que fica na comunidade. Solicitou, ao final, que a região de Boa Vista seja contemplada pelo plano.

Fani Mamede (CONTAG) lembrou que esse plano é para um ano e que a sugestão poderia ser acolhida pela CGFLOP no final do próximo ano em uma avaliação ampla desse primeiro ano. Declarou que estar preocupada com essa apresentação, e que seria importante ficar claro que essas ações não poderiam ser ações que já estão no PPA, nos programas e ações dos Ministérios e que depois só serão incluídas nessa planilha. Alegou ser necessário ter uma forma sistêmica, um formato de plano, e que a realização seja para atender aos objetivos e diretrizes do plano e não às ações do governo. Questionou sobre a presença de alguns municípios no plano.

Márcia Muchagata (SFB) esclareceu que os órgãos que participaram da elaboração do programa tinham algumas áreas específicas, onde serão desenvolvidas as ações. Há, também, outras ações que não aquelas específicas da FLONA ou assentamento, mas ações que congregam atores locais no âmbito daqueles municípios. Houve a ampliação da ação das unidades para os municípios e alguns outros municípios, principalmente os municípios que fazem parte do Arco Verde, aonde serão desenvolvidas algumas ações mais genéricas de capacitação. Esclareceu, ainda, que esses municípios foram incluídos dentro de uma lógica de forma a evitar que ficassem áreas isoladas. Então, foram escolhidas regiões e, dentro dessas regiões, municípios e áreas específicas aonde serão realizados os trabalhos

Carlos Eduardo Portela Sturm (INCRA) afirmou que, no âmbito do INCRA, a saída para proteção da floresta não se restringe apenas à criação dos projetos ambientalmente diferenciados, ela também passa pelo resgate do valor, seja econômico, cultural, social ou ambiental da floresta. Disse que o plano se insere muito bem nesse contexto e casa com muitas ações que o INCRA tem a desenvolver. H

Registrou que o plano vem realmente apoiar muitas ações da instituição, que existem algumas outras áreas que poderão vir a ser inseridas e que esse plano foi, principalmente no campo do INCRA, um plano bem pé no chão. Ressaltou que pode parecer que são poucas as áreas, mas o trabalho será muito intenso e que acredita que poderá ser finalizado em 2010, por isso existe uma restrição a determinadas áreas.

Márcia Muchagata (SFB) esclareceu que é possível a inclusão de novas áreas e, justamente por isso, que o plano está sendo submetido ao CGFLOP e CONDRAF. O objetivo é avaliar as ações, a pertinência, o plano é apresentado para receber as sugestões de todos os membros. Informou que o que é necessário não apenas a indicação da área, mas a identificação de quais são os parceiros e recursos que podem ser disponibilizados para atender a essas áreas.

Kleber Souza dos Santos (MAPA) disse que o Ministério da Agricultura, com a agricultura familiar, está bem envolvido. Registrou que recebeu, no dia anterior, telefonema informando de uma reunião sobre inventário florestal que ocorreria dia 19. Reclamou o não recebimento de e-mail com antecedência e afirmou que não poderá participar da referida reunião. Esclareceu que o Ministério da Agricultura tem a questão florestal como uma das áreas de trabalho, pois não existe um órgão que seja responsável pela questão florestal. A lei de florestas pública estabeleceu a competência no Serviço Florestal, Ministério do Meio Ambiente, e nós criamos a Câmara setorial de silvicultura e estamos com alguns projetos na área de florestas plantadas e vamos avançar mais. Esclareceu, ainda, que o Ministério do Meio Ambiente faz parte dessa Câmara, e o inventário florestal deu uma discussão muito interessante nesse Fórum, sobre inventário florestal. Declarou achar interessante a área florestal não ser privativa de uma categoria profissional e nem privativa de um órgão governamental.

Em relação à questão do Plano de Trabalho, comentou que será passado para que o Conselho se pronuncie. Alegou ter algumas coisas bem específicas e que irá criar um diálogo dentro da sua instituição e com os órgãos com os quais tem mais comunicação. Perguntou quem seria o representante da EMBRAPA no Grupo de Trabalho.

Márcia Muchagata (SFB) respondeu que a Lucia e seu suplente, ambos da EMBRAPA do Acre participam do GT, mas que se discute colocar uma pessoa da EMBRAPA do Amapá.

Kleber Souza dos Santos (MAPA) informou que a CONAB, que é Ministério da Agricultura, tem uma atuação muito forte na questão de políticas de garantia de preços mínimos e produtos florestais. Existe um leque de produtos e a idéia é que isso seja expandido ainda mais com o apoio do MMA, MDA e de outros órgãos. Citou a questão da assistência técnica e extensão rural e a capilaridade necessária para levar as políticas agrícolas, de todos os órgãos governamentais, até o campo. Falou também sobre o empreendedorismo e que achou bastante interessante esse foco do grupo.

Márcia Muchagata (SFB) afirmou que será encaminhado e que será ótimo se o MAPA apresentar propostas.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) comunicou que, em relação ao inventário, que iria se verificar se houve de conflito de informação para que, na próxima vez, o convite não demore.

Milton Kanashiro (Embrapa) disse que em relação à reunião do inventário florestal, o convite foi muito em cima e que foi difícil conseguir uma pessoa da EMBRAPA para participar.

Considerou, em relação ao plano para 2010, um plano bastante ambicioso, muito amplo e, em concordância com a Fani, parece mais um levantamento de necessidades. Talvez as instituições já estejam fazendo e que seria muito difícil chegar a alguma coisa concreta no final de 2010.

Sugeriu que seja feita outra matriz com áreas pontuais, as ações que são importantes para aquelas áreas pontuais e quem, como e quando fariam. Defendeu que, para chegar em 2010 e ter um relatório interessante e com bons resultados, seria necessário readequação das matrizes e de ações específicas para cada plano de manejo. Dessa forma, facilitaria a inclusão na agenda das instituições da execução desses trabalhos.

Márcia Muchagata (SFB) elogiou as sugestões e informou que está prevista a criação do documento do plano anual com essa organização que foi proposta. Comentou, também, que foi discutido com o Comitê Gestor e com o Grupo de Trabalho, que haverá um trabalho de monitoramento desse plano. Informou, ainda, que haverá uma reunião de avaliação de meio termo desse plano, justamente para avaliar ações que terão que ser alteradas.

Moysés Bernarrós Israel (CNI) parabenizou a conclusão do plano em tão pouco tempo. Disse entender que seria difícil fazer audiências públicas para todos estes locais, isso levaria o ano inteiro e os manejos comunitários ficariam sem início. Quanto ao pedido de inclusão de Boa Vista do Ramos, informou achar muito justo e que concorda com a inclusão.

Paulo Yoshio Kageyama (SBPC) parabenizou, também, o trabalho e comentou que vivemos um momento importante em que começa a definição dos rumos para o desenvolvimento da Amazônia, principalmente. Informou que essa oportunidade do manejo comunitário é a oportunidade de um contraponto, não é contra o manejo da madeira em grande escala. Disse considerar que essa é a oportunidade de ter a experiência comunitária de fato, de mostrar que as prioridades para o manejo comunitário são completamente opostas ao do manejo da madeira em grande escala. Esclareceu que existem espécies que são para exploração madeireira que produz o retorno econômico em grande escala e há aqueles manejos que são para sobrevivência das comunidades e que podem ser sustentáveis.

Afirmou entender a preocupação do Rubens e sugeriu uma proposta alternativa, que se faça um grande evento que junte todas as principais experiências com um direcionamento científico, porque tanto a USP como várias outras universidades trabalharam na direção para comprovar ser existe um manejo sustentável. É isso que nós gostaríamos de discutir. O objetivo é colocar claramente essas duas vias, que devem co-existir, porém, que não se juntaram nunca num projeto até o momento. Finalizou enfatizando essa alternativa e que considera possível que o Serviço Florestal encampe essa ideia.

Márcia Muchagata (SFB) frisou que as ações do Grupo de Trabalho são do manejo florestal no sentido amplo e que estão sendo trabalhadas todas essas questões.

Vilmar Locatelli (FBOMS) esclareceu que o plano é o ponto mais interessante e que trouxe boa parte dos movimentos sociais a participar desse processo. Afirmou que, se fosse simplesmente para trabalhar com concessões, possivelmente não haveria mobilização do movimento social para participar desse debate, inclusive, para estar nessa Comissão.

Alertou que não se pode errar nesse processo de construção do projeto de manejo comunitário que irá envolver, de fato, as pessoas que estão especialmente na Amazônia e naquelas comunidades. Por isso, disse acreditar que esse plano tem que ser fundamentado em bases bastante sólidas, que envolvam, em primeiro lugar, a questão do aproveitamento do conhecimento tradicional. Segundo, que possa também ser fundamentado na questão da segurança alimentar da população. Sugeriu que haja uma integração com a questão da merenda escolar, de forma que 30% dos recursos para merenda escolar sejam destinados à compra da agricultura familiar e disse acreditar que a lei de concessões vai facilitar um pouco esse processo de compra da agricultura familiar.

Informou da importância da assistência técnica como possibilidade de valorização de alguns processos que hoje estão em curso na Amazônia, como é o caso, por exemplo, das casas familiares rurais, que estão dando certo, aonde há o envolvimento das famílias no processo. Aconselhou que o trabalho talvez possa ter como foco o investimento na comunidade em si, como uma estrutura, como organização já consolidada e as famílias.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) comentou considerar dois pontos muito importantes a serem tratados pelo plano: a assistência técnica e o crédito.

Disse considerar preocupante a questão da assistência técnica e que seria preciso ter mais ousadia em relação a esse assunto. Talvez a criação de uma rede de assistência técnica, alguma coisa mais forte. Disse que quando se pensa em manejo florestal comunitário na Amazônia, a questão da assistência técnica tem que ser muito forte, talvez trabalhar em forma de rede.

Enfatizou a questão do crédito como fundamental, que é preciso trabalhar o manejo florestal comunitário na Amazônia com um conjunto de incentivos - crédito, tributário, dinheiro não reembolsável. Disse que, em algum momento nesse plano, é necessário pensar nesse assunto de uma forma mais consistente.

Cássio Trovatto (MDA) colocou que existe hoje um grande debate no meio social, a sociedade vem discutindo, dialogando e refletindo com relação ao que se espera do desenvolvimento sustentável do meio rural. Considerou que mais forte do que o debate é a construção do conhecimento. E o plano permite que se alcance esse potencial, pois direciona para que se possa estabelecer esse conhecimento tradicional, essa valorização das atividades que vêm acontecendo. Disse achar importante estabelecer um vínculo com a EMBRAPA, com a Associação Brasileira de agroecologia, com a Ana, com o GTA (que também está presente). Esse plano pode dialogar com esse processo de forma a criar essa relação, com a sociedade civil, com novos conhecimentos e exercer influência no estabelecimento de políticas públicas.

Informou considerar extremamente importante a questão da educação formal. Considerou que esse plano também tem de envolver essa discussão, não numa forma de execução de resultados no ano de 2010, mas numa aproximação ao que acontece no ensino formal (nível superior ou nível médio). Sabe-se que existem várias ações nesse sentido, principalmente o PRONER quando apóia ações de formação dos agricultores, dos assentados da Reforma Agrária em modelos de desenvolvimento.

Em relação ao crédito, alegou existir uma questão estruturante anterior à questão de execução do crédito ou mesmo do PAA e inclui a alimentação escolar, que é a questão DAP. Em relação à DAP, está em discussão decreto de potencialização da inclusão desses agricultores extrativistas. Disse desconhecer se o decreto já foi publicado e finalizou afirmando que esse seria uma atividade potencial a ser inserida nesse plano.

4. Tema de Pauta 3: Apresentação das normas técnicas

Marcelo Arguelles (SFB) explicou que o trabalho consiste num conjunto de normatizações que ficaram pendentes por ocasião da elaboração dos primeiros editais de concessão florestal. Dessa forma, tanto Jamari, que foi o primeiro edital que o Serviço Florestal lançou, como no segundo, Saracá-Taquera, diversas cláusulas contratuais remetem a normatizações posteriores. São diretrizes e normas técnicas, e algumas que têm uma implicação de ordem política, de discussão, de envolvimento de alguns setores.

Esclareceu que o trabalho ocorre no âmbito da estruturação do sistema de gestão de concessões florestais que norteará toda a atuação do Serviço Florestal Brasileiro no acompanhamento e na gestão dos contratos de concessão. Como fazer, quem fazer, em que períodos fazer, toda a base de normatização do acompanhamento dos contratos do Serviço Florestal, tendo como base sistema informatizado e essas normatizações.

Apresentou o conjunto de normas, algumas em fase de elaboração e outras em fase de implantação.

Milton Kanashiro (Embrapa) solicitou esclarecimento quanto à norma de acesso gratuito à comunidade: se é a comunidade com acesso a produtos em áreas públicas sob concessão. Pediu mais informações sobre a questão de grupo de espécies, atualização de preços e reclassificação. Lembrou não concordar, em reunião anterior, com a forma como as espécies estavam classificadas e com relação aos preços. Alegou considerar que o assunto deve ser debatido mais amplamente e perguntou como essas normas entrariam em um processo de audiência pública. Finalizou alegando considerar que essa seria uma norma que deveria ser mais amplamente debatida.

Marcelo Arguelles (SFB) esclareceu que, em relação ao acesso gratuito às comunidades, é possível regulamentar no sentido de garantir que essas comunidades tenham acesso dentro das UMF onde os concessionários estão operando. Informou que essa discussão encontra-se ligada à Gerência de Florestas Comunitárias.

Milton Kanashiro (Embrapa) disse considerar um pouco confusa a questão da comercialização e questionou como esta se processa diante das questões associadas ao acesso à biodiversidade.

Marcelo Arguelles (SFB) esclareceu que toda atividade empresarial desenvolvida por concessionários em apoio a atividades produtivas comunitárias é passível de bonificação, é incentivada dentro dos editais pelo Serviço Florestal. Dessa forma, a questão de comercialização, armazenamento, toda a parte de escoamento de produção comunitária é uma atividade que pode ser apoiada diretamente pelos próprios concessionários e isso, de certa forma, é incentivado dentro dos editais.

Informou que, em relação à questão dos preços, existem várias visões. O Natalino, por exemplo, é um defensor de que se deveria ter um preço que descrevesse a média, que fosse um preço único que pudesse ser adotado. Existem outras visões que defendem a classificação em grupo. Esclareceu que existe agora um esforço em tentar fundamentar essa decisão numa metodologia, em bases metodológicas.

Informou, ainda, que dentro do Serviço Florestal Brasileiro foi desenvolvida uma base metodológica para que se pudesse ter mais segurança na precificação. Disse que, nesse momento, encontra-se em fase adiantada a elaboração do edital da Floresta Nacional do Amana que utilizará essa metodologia.

Explicou que, de acordo com o ponto de vista ou de acordo com a base industrial ou com o uso final a ser dado a essa madeira, haverá uma variação grande de preços. Numa tomada de preços correntes de mercado numa região como a BR 163, onde existe uma atividade econômica bastante aviltada, uma atividade econômica bastante depreciada por toda a condição de ilegalidade, haverá uma subvalorização desse recurso. Alegou ser complicado encontrar esse meio termo, onde se consiga garantir que, de fato, a floresta seja valorizada e que os concessionários terão competitividade, terão condição de trabalhar com aquele preço e desenvolver de forma competitiva sua atividade.

Esclareceu que essa metodologia deverá ser apresentada à CGFLOP com o pré-edital de Amana, em que essa metodologia estará especificada. Finalizou dizendo que se encontra em discussão, com o BNDES e o IFC (braço privado do Banco Mundial), apoio para trazer um pouco da experiência que eles tiveram em editais de desestatização e que se possa incorporar também essa *expertise* dentro do processo de definição da metodologia para os preços dos editais.

Milton Kanashiro (Embrapa) disse que seria interessante, na norma do acesso gratuito, tocar no assunto com relação ao CGEN apenas para que não deixe dúvida alguma, pois é um assunto polêmico. Informou também que, com relação a coletas das instituições de pesquisa, não há problema.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) esclareceu que esse tipo de norma tem que cumprir os requisitos legais de outras normas, seja do CGEN, seja de outras áreas. Alertou ser necessário ter um cuidado muito grande para que uma nova norma não atropеле outra existente.

Márcia Muchagata (SFB) informou que houve uma oficina que envolveu governo e sociedade civil para discutir essa norma. Esclareceu que é uma norma bastante complexa e quem tiver interesse poderá receber a minuta para enviar sugestões. Esclareceu que existem algumas questões jurídicas envolvidas na norma que ainda deverão ser equacionadas antes de sua edição. Finalizou afirmando que as sugestões são bem-vindas.

Marcelo Arguelles (SFB) complementou que, em relação às normas estarem de acordo com as pré-existentes, também existe esforço em discutir com o IBAMA algumas normas. Finalizou informando que nessa semana haverá uma reunião para desenvolver esse trabalho.

Kleber Souza dos Santos (MAPA) discordou da colocação de que algumas normas são mais políticas e outras mais técnicas e, por isso, não seriam tão discutidas amplamente. Alegou que mesmo as questões técnicas envolvem também questões políticas.

Solicitou, como Conselheiro, ter oportunidade de olhar a questão do acesso gratuito e dos resíduos florestais. Questionou se está prevista consulta pública para essas normas.

Marcelo Arguelles (SFB) informou ser uma decisão da diretoria e que, a princípio, como são normatizações internas e muito voltadas para gestão contratual, imaginou-se um processo de consulta mais restrito, sem audiências públicas. Finalizou alegando caberia ao diretor se posicionar.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) esclareceu que as normas, quando consolidadas internamente, serão apresentadas somente à CGFLOP com um prazo para informação. De forma diferente da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que por ser uma norma de ampla repercussão, pressupunha consulta pública também bastante ampla. Informou, ainda, que algumas normas internas menos técnicas, que às vezes misturam o técnico e o político, seriam normatizações internas que ficarão restritas ao âmbito do Serviço Florestal. Finalizou afirmando não ver problema em repassá-las à CGFLOP para sugestões.

Marcelo Arguelles (SFB) esclareceu que quando se fala nessa normatização de resíduos, é uma normatização específica para mensuração, para fazer o inventário de resíduos e mensurar para apoiar o processo de controle e do próprio licenciamento e autorização de retirada desse material. Isso não diz respeito a quais agentes e como se dará o uso dentro da cadeia produtiva desse resíduo.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) complementou dizendo que essa norma é bem técnica mesmo, interna porque é medição, como é que se mede aquela madeira, cubagem, é uma forma matemática que está sendo desenvolvida.

José Rubens Pereira Gomes (FBOMS) disse que a questão do acesso gratuito à comunidade foi fechada na legislação, que isso foi uma condição *sine qua non* de apoio ao processo de concessões, foi um processo de ganho social, dos elementos sociais que foi embutida na lei.

Informou ter grande preocupação, pois existem dois contratos a serem assinados e é necessário fazer qualquer normatização com relação a esse acesso. Disse que a normatização hoje tem a perspectiva de atender a esses dois contratos e que não irá abrir mão de fazer um processo de consulta. Alegou que isso irá afetar a vida de pessoas que irão viver 40 anos ao lado de um processo produtivo e não se pode eliminar condições e nem arriscar a vida dessas populações. Lembrou que tem uma floresta em atividade que precisa de controles para não colocar em risco a vida da população que está ao lado.

Disse, ainda, não concordar em jogar essa responsabilidade para a CGFLOP, eximindo uma consulta mais ampla com o IBAMA, com o Chico Mendes, com os movimentos de base e com as populações envolvidas. Alertou ser preciso ter muito cuidado ao tratar do direito do ir e vir na floresta e confessou não se sentir à vontade em deliberar sem fazer uma ampla consulta.

Alegou ser extremamente favorável ao processo de concessões e disse saber que esse processo precisa caminhar. Sugeriu que se faça o máximo possível para atender a essa demanda emergencial, com possibilidade de adendos, de correções, sem deixar de fazer uma consulta ampla para aprimorar a ferramenta.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) concordou com as colocações do Rubens, mas que realmente é uma norma complexa, inclusive de cunho jurídico. Finalizou alegando que libera o acesso a um bem público.

José Rubens Pereira Gomes (FBOMS) disse que nem tanto, pois o que se está gerando, na realidade, é um instrumento de negação porque o acesso já existe e o que ocorrerá é a supressão.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) discordou alegando que, em termos jurídicos, não é supressão. Quando se trata da questão do não madeireiro, existe uma discussão antiga sobre até que ponto essa ação é uma boa prática. Como técnico, disse ter um medo de regulamentações amplas. Citou o exemplo a regulamentação para não madeireiro que só trata daqueles que estão em risco de extinção.

Finalizou concordando com a importância do processo de construção e comentou que o próprio Grupo de Trabalho, que já foi constituído para discutir o assunto, já percebeu a dimensão da dificuldade e do próprio arranjo técnico e jurídico que será preciso dar a essa norma.

Gustavo de Souza Abreu (MD) comentou sobre a Comissão especial de resolução de conflitos citada na apresentação e que os temas tratados se referem a florestas sob concessão. Lembrou que existem outras normas muito acima dessas regulamentações que têm algumas implicações que não devem ser deixadas de lado. Alegou não conhecer o teor dessa resolução de conflitos, mas deduziu tratar de como se lida com o conflito, com a segurança, no nível local ou federal. Sugeriu, então, que esses temas sejam, enviados para as futuras concessões. No caso, por exemplo, do Acre, informou que estão discutindo para que o pessoal já tenha conhecimento, o Conselho deliberativo, o Conselho consultivo, e para que possam opinar sobre o assunto. Argumento que, já que não há uma consulta pública, que pelo menos os gestores, os conselhos consultivos e deliberativos possam opinar na direção da melhoria do texto.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) informou que o ICMBio é o gestor dessas Unidades de Conservação e que muita gente está trabalhando e há uma participação ativa com várias reuniões e discussões. Esclareceu, ainda, que para tratar resolução de conflito, é criada uma sala de situação e que foi feito um acordo de que viria alguém do ICMBio e alguém do IBAMA como suplente. Finalizou afirmando que o ICMBio não deixa de ser convidado nunca.

Marcelo Arguelles (SFB) esclareceu que a norma é específica para determinar qual será o procedimento administrativo interno para criação dessa Câmara Arbitral dentro do Serviço Florestal. A norma não regulamenta em relação a que tipo de conflito ou como fazer, ela simplesmente cria e fala como deve funcionar essa Câmara Arbitral.

Marcelo Arguelles (SFB) informou que o Serviço Florestal não tem a intenção de tratar a questão do acesso de uma forma açodada. Esclareceu é preciso fazer isso por causa dos contratos, não existe intenção nossa em estabelecer uma regra de forma apressada, sem levar em consideração a demanda que tem de discussão.

Geraldo Divino de Assis (IBAMA) solicitou mais informações a respeito das auditorias independentes.

Marcelo Arguelles (SFB) explicou que a realização de auditorias independentes foi estabelecida por lei e o que está sendo agora acordado com INMETRO é como ocorrerá processo de credenciamento. Serão normas descrevendo os requisitos mínimos a serem cumpridos por qualquer organização que queira se credenciar como auditora independente para ser contratada ou pelo Serviço Florestal, através de uma parte do recurso do concessionário, ou diretamente pelo concessionário para fazer essa auditoria independente, e também qual o procedimento de auditoria específico.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) esclareceu que esse processo de auditoria independente não se confunde com as vistorias ligadas ao licenciamento da atividade, são coisas totalmente diferenciadas. Basicamente, o que o INMETRO está fazendo é criar algumas regras de como as pessoas podem se credenciar, se acreditar para participar desse processo e esse trabalho encontra-se bem avançado. Disse acreditar que ainda esse ano o processo seja finalizado.

Intervalo para o almoço.

5. Informes: Livro de bolso das florestas Brasileiras.

Joberto Freitas (SFB) apresentou-se como gerente de informações florestais do Serviço Florestal Brasileiro e informou do lançamento, pelo Serviço Florestal, do livro de bolso que fala sobre as florestas do Brasil. Ele fala sobre os recursos florestais, um pouco sobre o setor florestal e as principais estatísticas, fala sobre ensino e pesquisa, gestão florestal, inventário nacional, os principais sistemas de monitoramento brasileiros, mostra informações sobre o desmatamento, sobre áreas protegidas, sobre biodiversidade e espécies ameaçadas, informa também sobre volume e biomassa.

Esclareceu, ainda, que esse livro deve ser atualizado anualmente e que sugestões são bem-vindas. Informou também que o livro deverá ser traduzido para o espanhol e inglês para facilitar sua distribuição em eventos.

José Rubens Pereira Gomes (FBOMS) parabenizou a iniciativa, mas disse sentir falta de informações sobre experiências que estão acontecendo de forma a haver uma apropriação de conhecimento. Sugeriu que essa publicação também divulgue experiências sobre o uso da floresta.

6. Informes: Novas linhas e temas de pesquisa do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) para o período 2010-2013.

Varlone Martins (LPF) apresentou-se como chefe do Laboratório de Produtos Florestais (LPF) desde junho desse ano, em substituição ao Marcus Vinícius. Informou histórico da criação das linhas e temas de pesquisa do LPF e as 4 linhas a serem desenvolvidas em projetos a partir de 2010.

Milton Kanashiro (Embrapa) questionou como o Serviço Florestal pretende implementar os projetos.

Varlone Martins (LPF) esclareceu que a origem e a validação dos projetos que o LPF vai desenvolver podem ser o pesquisador, que precisa enquadrar o projeto dentro de uma das linhas, pode vir de alguma demanda externa - de dentro do SFB, mas fora do LPF. Dependendo da demanda e dependendo do interesse, pode haver parceria com outra instituição.

Informou a existência de financiamento externo da Alemanha, com o KFW, e cooperação com a França que está financiado pela FINEP. Afirmou que, não importa o financiamento, se é do Serviço Florestal, se é financiado por qualquer outra instituição, o projeto precisa se enquadrar nas linhas de pesquisa, porque é com isso que iremos trabalhar.

Milton Kanashiro (Embrapa) disse que o LPF deveria liderar um processo de pesquisa na área tecnológica, em que fossem convocadas outras instituições da região norte para alavancar projetos dentro dessas linhas. Por exemplo, nesse aproveitamento de resíduos, na última rede de pesquisa financiada pelo PPG-7, existiam parcerias no nosso projeto, do pessoal do ILPF e os resultados são muito importantes e houve questionamento de uma professora de química, ligada a química da madeira da Federal de Minas Gerais, de que deveríamos alavancar projetos mais fortes, mais pesados dentro da linha dos princípios ativos. Então, sugeriu que o corpo técnico do ILPF poderia assumir responsabilidade de liderar todo esse processo e envolver as instituições de pesquisa do norte e disse que o Serviço Florestal deveria adotar uma estratégia nesse sentido.

Varlone Martins (LPF) esclareceu que primeiro o que está sendo colocando em discussão são as linhas de pesquisa. As idéias de projeto irão surgir a partir dessas linhas, primeiro são definidas as linhas, os temas, e depois os projetos. Os projetos podem ser desenvolvidos com outras instituições ou individualmente. Finalizou afirmando que a idéia era só apresentar o pano de fundo em que esses projetos se enquadram.

Afonso Celso Brandão de Sá (MDIC) perguntou sobre a linha 3, quais seriam os arranjos citados no "fortalecimento da base tecnológica de arranjos produtivos".

Varlone Martins (LPF) informou que ainda não há definição de que arranjos produtivos são esses, que isso está genérico. Como trabalhamos com produto florestal, pode ser tanto madeireiro e não madeireiro.

Afonso Celso Brandão de Sá (MDIC) no que se refere a uso sustentação na construção imobiliária, com ênfase em processos inovadores, disse que quer saber, de que forma os pequenos pólos moveleiros, principalmente lá na Amazônia, poderão ter acesso a essas informações, a esse resultados obtidos pelo LPF.

Frisou que o setor moveleiro tem um parceiro muito bom, que é o Senai e que o LPF seria muito bem-vindo para formar essa trinca. Afirmou pensar primeiramente nos pequenos, lá do norte. Os grandes povos moveleiros precisam da informação, mas têm mais recurso tecnológico, de capital e de pessoal.

Varlone Martins (LPF) esclareceu que atualmente a forma de divulgação ocorre por meio de publicações, participações em congressos, pela mídia, gravações de vídeo, na TV. Informou também que está sendo estruturada a página do Serviço Florestal com as informações do LPF, com os projetos que estão sendo desenvolvidos. Disse que essa era uma deficiência que existia no IBAMA e que continua dentro do Serviço Florestal, que é da transferência de tecnologia. Esclareceu que esse não é o tema em discussão, aqui a estamos falando de um passo anterior, das pesquisas a serem realizadas.

Fani Mamede (CONTAG) reforçou que é preciso ampliar esses trabalhos, envolver os demais setores. Que cada um desses temas envolve setores específicos e que seria importante para que as pesquisas não sejam reinventadas. Defendeu a ampliação desse debate com a busca de parcerias identificando na Amazônia onde estão esses atores e o resultado de cada uma dessas atividades.

Kleber Souza dos Santos (MAPA) comentou que o Ministério da Agricultura tem a competência legal da questão da política de sementes e mudas florestais, então, foi criada uma Comissão com órgãos e entidades não governamentais e do governo para discutir Sistema Nacional de sementes e mudas florestais. Citou como exemplo a questão da nomenclatura de produtos florestais, e que o Laboratório de Produtos Florestais ajudou nesse trabalho. Afirmou não saber se chegaram a discutir alguma coisa disso, porque ainda tem muito a trabalhar na padronização de nomenclatura. Lembrou também da questão das sementes em mudas. Afirmou não saber se chegaram a discutir alguma questão sobre linhas de pesquisa para elementos de espécies nativas, porque tecnologia de sementes para pinos e eucalipto tem bastante, mas para nativas há muita falta de pesquisa.

Varlone Martins (LPF) esclarece que o LPF só atua na área de tecnologias de produtos florestais. Informou que essa parte estaria mais para produtos de silvicultura e que a questão das mudas não está incluída ainda no laboratório.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) esclareceu que existe uma resolução que passou no debate da Câmara Técnica e envolveu a questão de padronização de nomenclatura das espécies florestais e também dos tipos de madeira, de como funciona e de classificação do processamento da madeira. Informou que está avançando e que existe participação do LPF nesse trabalho. Afirmou que não adianta ter um sistema de controle tipo DOF se não tiver uma padronização.

Lembrou que a lista oficial do sistema de controle do país remete ao CONAMA 411/2009 e sugeriu que se busque informação com o Cássio Fabiano.

Carlos Adolfo Bantel (SBEF) alertou para o fato de que os dos 13 temas da linha de pesquisa 3, 10 são especificamente referentes à madeira e 2 itens a não madeireiros. Esses 10 itens de madeira, se for olhar nossas apostilas de escola de 50 anos atrás já estavam lá. Disse que há pouca contemplação na área de não madeireiros e que existe preocupação pelo fato de serem pequenos volumes e de alto valor e de grande possibilidade de participação social.

Argumentou que agora, com a existência de um Serviço Florestal Brasileiro que incorporou o LPF, seria o momento de entrar um pouco mais nessa oportunidade de trabalhar com produtos que historicamente não foram abordados. Disse saber que o investimento é maior, contudo existe uma oportunidade social, com os povos da floresta muito maior.

Alegou não ser preciso grandes empreendimentos locais e que hoje em dia é muito discutido que trabalhar com madeira da floresta agride muito. É muito discutido em termos de sustentabilidade, se ele realmente é sustentável eternamente ou se é sustentável temporariamente.

Finalizou sugerindo entrada nessa área de valorização de produtos quase imperceptíveis a olho, mas de um valor econômico, de um valor social e de um valor de produto muito elevado, que é justamente essa área de colóide, fármacos, alimentos e mais alguns.

Varlone Martins (LPF) disse que esses assuntos estão contemplados e questionou se existe sugestão de um tema que não esteja contemplado e que este poderia ser analisado.

Esclareceu que, se aparecer um projeto dessa maneira, ele estaria contemplado ali dentro, porque a idéia não é detalhar sempre. Em madeira tem um leque maior de temas para trabalhar. Os temas não madeireiros estariam contemplados ali dentro. Lembrou que a idéia é fazer isso participativo, que todo o setor florestal foi consultado para que fizesse sugestões e as sugestões foram as apresentadas. Finalizou perguntando se haveria algum tema a ser acrescentado.

Carlos Adolfo Bantel (SBEF) informou que é procurado por engenheiros de alimento e que talvez seja preciso começar a trazer a comunidade. Alegou que não existe um centro que consiga ser o centro irradiador, o centro de referência para esse assuntos e é um campo muito grande, talvez economicamente socialmente muito maior do que o próprio madeireiro, o próprio ambiental.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) sugeriu que o Sr. Carlos Adolf pense em uma sugestão e converse posteriormente com o Sr. Varlone.

Cássio Fabiano (IBAMA) apresentou-se como representante da Coordenação Geral de Gestão Florestal do IBAMA. Sobre o tópico "análise de imagem para identificação de espécies" da linha de pesquisa 1, informou que existe uma iniciativa na Diretoria de Florestas. Solicitou informações sobre como está o andamento desse trabalho, se já tem um software agregado para fazer um banco de imagem, se o projeto está pronto, se teve algum piloto e se seria possível fazer esse trabalho juntos.

Varlone Martins (LPF) informou que essa sugestão foi acrescentada na última reunião que representante Gerson Henrique.

Cássio Fabiano (IBAMA) sobre melhoria do processamento industrial e padronização e melhoria da qualidade de produto, disse querer saber se está permeando uma oficina que ocorreu dia 17 e 18 de agosto aqui, no CENAFLO, e que contou com a participação do LPF. Comentou que o LPF está fazendo um estudo dos fatores de conversão na cadeia produtiva da madeira, desde a tora até o produto final, as médias de conversão. Perguntou quais são os fatores médios para poder melhorar os sistemas de controle, no caso é o DOF e os SISFLORA.

Varlone Martins (LPF) informou já foram realizados 2 ou 3 trabalhos sobre esse assunto quando o LPF era do IBAMA. Esclareceu que não se trata exatamente de pesquisa, essa determinação dos índices pode gerar pesquisa na melhoria do processamento industrial. Alegou que o LPF hoje não tem pessoal para fazer esse tipo de coisa. Se for uma definição política por parte do Serviço Florestal, então será necessário se estruturar para fazer esse tipo de estudo.

Cássio Fabiano (IBAMA) disse entender que estabelecer esses índices, estabelecer essas médias é uma pesquisa, e sugeriu conversar melhor em um segundo momento.

José Rubens Pereira Gomes (FBOMS) sugeriu que o trabalho do LPF também fosse contemplado dentro do livro de bolso, porque ele sistematiza uma série de conhecimento e isso é muito importante para o setor.

Cássio Fabiano (IBAMA) comentou que toda pesquisa é extremamente válida, mas você pode trabalhar a pesquisa de diferentes formas, você pode trabalhar a pesquisa a nível de laboratório, você pode trabalhar a pesquisa direcionada para determinados setores e eu não estou conseguindo enxergar a questão sócio-ambiental

Questionou o que seria o objetivo do LPF para poder entender e contextualizar essas linhas e esses temas que vocês estão nos colocando. Disse que deveria haver também uma discussão de fundo, para que esse grupo poder contribuir nessa estratégia de desenvolvimento e de pesquisa, principalmente na questão sócio-ambiental, voltada principalmente para a agricultura familiar.

Finalizou afirmando que ao mesmo tempo parabeniza a importância de se estar colocando esses temas, disse que o tempo é extremamente curto dialogar um pano de fundo com relação a pesquisa para agricultura familiar e comunidades tradicionais.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) informou que esse processo já foi finalizado e sugeriu ao Sr. Cássio entrar em contato caso tenha alguma sugestão concreta.

Gustavo de Souza Abreu (MD) perguntou se não haveria uma linha chamada de medicina florestal ou medicina a partir de produtos florestais, algo voltado para esse escopo a partir do conhecimento que os nossos autóctones caboclos, ribeirinhos, índios já têm. Será que não caberia uma linha 5 nessa linha de medicina a partir de produtos florestais, ou medicina popular ou algo parecido que a gente pudesse aproveitar o conhecimento embrionário que já existe ali das nossas comunidades tradicionais e a partir dali em-prestar um tratamento científico para gerar coisas boas para o País.

Varlone Martins (LPF) esclareceu que da forma como está contempla o assunto sem a necessidade de criar uma nova linha. Dentro de extrativos, óleos, gomas e etc. nós já temos alguns estudos em cima disso, dessa parte de medicinais e aromáticos e cosméticos.

Luiz Carlos Joels (SFB) comentou que há uma série de demandas e sugestões que apontam para um papel novo do LPF em função da sua incorporação ao Serviço Florestal Brasileiro. Afirmou ser necessário que o Laboratório de Produtos Florestais passe a ser um ponto de articulação de pesquisa, não só um órgão de pesquisa, mas um ponto de articulação que permita que esse imenso acervo de pesquisadores e conhecimentos que estão aí pelo Brasil, até a América do Sul e outros lugares possa ser incorporado como parte de um trabalho para se ter políticas florestais aplicadas mais eficientemente. Informou que tem que se discutir essa questão dentro do próprio LPF porque todas as sugestões aqui foram no sentido de pensar o LPF um pouco diferente, como um órgão de articulação incorporando alguns novos temas e novas práticas.

Moysés Bernarrós Israel (CNI) sugeriu fazer, com o INPA, a conjunção para trazer o que já está lá engavetado. Como exemplo citou um velho acordo com o instituto de pesquisas florestais de Porto Rico, que é o Serviço Americano para Florestas Tropicais que tinha, Quanto à questão de fármaco, cosmética e etc., disse achar que deveriam deixar isso para a CBA, está com instalação completa, está capacitada.

Paulo Yoshio Kageyama (SBPC) comentou sobre o papel social do LPF dentro do Serviço Florestal e disse que gostaria que houvesse, de fato, uma tecnologia voltada para o pequeno. Isso não existe, porque só estão valorizando as 50 espécies mais valiosas da Amazônia, quando nós temos 200 ou 300. Agora, o pequeno, na verdade, teria grande oportunidade para usar, por exemplo o tipo do breu, que você vai numa área e você tem 20 por hectare. Então, ele pode ser sustentável com o breu, mas nunca vai ser sustentável com o mogno. Então, eu acho que esse papel social do LPF dentro do Serviço Florestal seria muito importante.

Luiz Carlos Joels (SFB) sugeriu que na próxima reunião da CGFLOP seja feita uma reunião específica sobre o LPF, sobre o que acontecendo e os resultados. Alegou que várias pessoas não conhecem o LPF e depois poderá ser feita a mesma coisa, na reunião seguinte, para o CENAFLOP.

7. Informe: Participação do Serviço Florestal Brasileiro no Congresso Florestal Mundial.

Márcia Muchagata (SFB) relatou a participação do Serviço Florestal Brasileiro no Congresso Mundial de Florestas, em Buenos Aires, e esclareceu tratar-se de um Congresso que só acontece de 4 em 4 anos.

Informou que, além dos diversos *papers* que foram apresentados, o diretor-geral fez uma apresentação bastante detalhada sobre o que é a gestão florestal no Brasil. Comentou que foi convidado um concessionário da Floresta Nacional Jamari, da Amata, que fez uma apresentação sobre os desafios da concessão florestal, da perspectiva do empresariado e também o presidente da CONFLONA, que fez uma apresentação sobre manejo florestal comunitário no Brasil e a experiência da CONFLONA.

Comentou que os diretores do Serviço Florestal Brasileiro tiveram agendas com diversos Organismos Internacionais e com algumas delegações de outros países, como por exemplo a delegação russa, quando foram travados alguns debates. Houve a divulgação de várias ações do Serviço Florestal e, durante o evento, foram dados entrevista para TV's locais e para jornais brasileiros.

Finalizou afirmando que a participação passou uma boa impressão e que, do ponto de vista florestal, os outros países estão assistindo com muito interesse o que está sendo feito no Brasil. Também os brasileiros que estavam presentes se mostraram muito receptivos às coisas que a gente está fazendo e os acadêmicos perceberam de maneira bastante positiva o que está sendo feito em termos de políticas públicas.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) comentou que há um reconhecimento do avanço na gestão florestal no Brasil nos últimos anos e assim, não só com os russos, nós tivemos uma reunião também com os países da América do Sul e com outros.

Informou sobre a existência de problemas comuns, que ocorrem não só no Brasil, como a questão dos incêndios florestais, a questão da descentralização da gestão florestal e das questões das concessões florestais. Várias provocações foram feitas com a questão do avanço das ferramentas de monitoramento e controle da atividade florestal no Brasil, sejam os processos de controle do fluxo da madeira, seja nos processos de monitoramento da cobertura florestal PRODS, DETER, agora está vindo DETEX.

Fani Mamede (CONTAG) solicitou informação sobre o que os países da Amazônia consideraram de positivo e se teve alguma avaliação negativa com relação à experiência de concessão florestal no Brasil.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) comentou sobre o material de divulgação sobre a gestão florestal no Brasil distribuído em *pendrive* e sobre conversas com países da África, do sudoeste Asiático. Apesar das diferenças entre os modelos, buscou-se o aproveitamento das lições aprendidas dos outros países.

Fani Mamede (CONTAG) sugeriu que, a exemplo do que já ocorre na Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO), todo material levado a outros eventos seja também distribuído aos participantes da CGFLOP.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) esclareceu que o material de divulgação é basicamente uma cópia do que tem sido utilizado nos últimos dois anos. O que ocorreu foi a tradução para o espanhol e para o inglês. Finalizou agradecendo a sugestão.

8. Informes: Plano de Manejo Florestal da FLONA de Jamari.

Marcelo Arguelles (SFB) relatou os avanços que estão ocorrendo na implementação da concessão no Jamari. Informou o ano foi de preparação por parte dos concessionários com a elaboração do plano de manejo e todo o processo de licenciamento. Da parte do Serviço Florestal Brasileiro, houve a preparação para uma gestão adequada desses contratos.

Relatou que houve a aprovação técnica de 3 Planos de Manejo que estão agora na fase da análise jurídica, dentro do IBAMA. Uma delas, a Amata já foi licenciada e já teve a aprovação jurídica, as outras duas se encontram na Procuradoria de Brasília do IBAMA.

Informou que o Serviço Florestal está se organizando junto com a Gerência de Monitoramento para definir os procedimentos em campo e critérios técnicos para o monitoramento. Parte desse trabalho são aquelas normativas apresentadas aqui pela manhã.

Comentou que, ao completar um ano de vigência, o contrato vai passar pela sua primeira revisão devido ao fato de que no edital foi colocada uma expectativa produtiva de 30 metros cúbicos. Com a edição da resolução 406 do CONAMA em fevereiro deste ano, esse teto baixou para 25 metros cúbicos, o que afetou todos os cálculos de preços, de valores, de propostas financeiras dessas empresas. Então, isso motivou o adendo contratual que está sendo encaminhado para análise da consultoria jurídica do Ministério do Meio Ambiente. Aproveitou-se o ensejo para também fazer algumas pequenas retificações de ordem técnica, dentre as quais destacou a questão de ser opção para o concessionário optar entre a medição volumétrica do resíduo e a pesagem, que antes ele só tinha a opção de pesar, implicava na instalação de uma balança, uma balança rodoviária na FLONA. Outro aspecto também foi a adequação do prazo de pagamento de preços mínimos, ou seja, uma série de detalhes que visaram ajustar o contrato à realidade, à dinâmica da atividade produtiva.

Finalizou comentando que houve uma força tarefa de diversas gerências no Jamari para zerar todas as pendências do Serviço Florestal para um efetivo início das operações em 15 de maio. Finalizou afirmando considerar que as condições, tanto legais como operacionais, estão colocadas para que se possa, até 15 de maio, ter o início das operações no Jamari.

Fani Mamede (CONTAG) questionou se existe algum conflito quanto ao acesso e exploração das comunidades nessas áreas;

Marcelo Arguelles (SFB) informou que dentro da FLONA existe só uma família de posseiros. No entorno, não existe relato efetivo de uma atividade que esteja acontecendo ou que de fato ocorra de forma minimamente organizada. Finalizou informado da existência de um público de pequenos colonos torno da FLONA.

Fani Mamede (CONTAG) afirmou que existem comunidades que exploram aquelas áreas e que seus interesses foram listados e que muitas dessas lideranças faziam parte do Conselho gestor da FLONA. Esclareceu que gostaria de saber se a relação está boa, se essas comunidades continuam entrando e tendo direito a essa exploração.

Márcia Muchagata (SFB) esclareceu que, dentro da FLONA, existe uma única família cuja área está separada no plano de manejo. Informou que, dentro do plano de manejo da FLONA Jamari, tem uma área específica destinada aos comunitários. Além disso, foi identificado que existe uma coleta grande de açaí e que essa coleta, hoje em dia, não vem se dando na área aonde são os talhões, as unidades de manejo florestal. Então, as populações que tradicionalmente têm coletado açaí na FLONA continuam a fazê-lo da maneira como vinham fazendo, pois o ICMBio tem permitido a entrada deles. Informou que os conflitos que existem são em relação a coleta de açaí em uma Unidade de Conservação de uso integral localizada ao lado da FLONA.

Relatou a existência de uma área destinada para produção de não madeireiros em que está começando a construção de um projeto com a população local, principalmente com a associação dos extrativistas. Houve reunião com a prefeitura e com o sindicato para discutir como será utilizada aquela área, porque existe uma demanda tanto para uso para açaí, quanto uma cooperativa para produção de biojóias.

Comentou da tentativa de aperfeiçoamento do diagnóstico, pois, além da população local, há uma população que vem de Porto Velho para coletar o açaí. Existe grande preocupação de que, com a normativa, não exista esse problema de existir uma população, que não seja a local, fazendo extração.

Finalizou informando que, com a chegada da concessão, os processos que estavam em curso continuam e há tentativa de aprimorá-los no sentido de fazer com que a área, além de adequar, normatizar a entrada nas áreas dos talhões, de trabalhar, de maneira mais organizada, a área que foi destinada para produção não madeireira.

9. Informes: Índice de preço de madeira na Amazônia

Marcus Vinícius (SFB) informou que o Serviço Florestal contratou o IMAZON, por meio de licitação realizada em dezembro de 2008, para um estudo com vistas ao desenvolvimento e aplicação de um método de acompanhamento de preços de madeiras pagos por serrarias, faqueadoras e laminadoras na região amazônica.

Informou que, em outubro, como parte do principal produto desse trabalho, o Serviço Florestal aprovou a metodologia que será utilizada para o acompanhamento desses preços de madeira na região amazônica. Esclareceu que são preços de madeira em tora, pagos por serrarias, laminadoras e faqueadoras. A expectativa é de que, na primeira semana de dezembro, ocorra a divulgação do primeiro índice de preços de madeira.

Disse que o Imazon já está aplicando essa metodologia em campo, para gerar o primeiro índice que será publicado até o quinto dia útil de cada mês subsequente à coleta de preço. Esse índice de preço vai servir como base para o acompanhamento do comportamento ou da tendência dos preços de madeira em tora e ele é calculado sob a forma de número índice, cuja comparação entre diferentes períodos vai expressar a variação de preços justamente nessas datas, é como o índice de inflação, só que no caso restrito a preços de madeiras em toras.

Explicou o universo amostral desse trabalho e a forma de cálculo do índice. Informou da publicação de um boletim informativo pelo Serviço Florestal que divulgará o índice, a partir do próximo mês, de forma

subseqüente até o quinto dia útil de cada mês. Esclareceu que o índice é peça fundamental no processo de concessões para subsidiar o estabelecimento de preços mínimos de madeira e o reajuste dos preços nos contratos de concessão firmados no longo prazo que atualmente são reajustados com base no IPCA.

10. Informes: Conta-Satélite Florestal

Marcus Vinícius (SFB) informou que os números do setor florestal brasileiro, principalmente com relação à participação na economia, ainda são muito precários porque não há uma metodologia definida. Relatou a existência atualmente de 4 parceiros. O IBGE, que é responsável hoje pelo sistema de contas nacionais, o escritório regional da FAO para a América Latina e Caribe, sediada no Chile, e a OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.

Esclareceu que a primeira etapa nesse processo é a delimitação do setor florestal no sistema de contas nacionais, ou seja, é a desagregação do que é floresta, do que é parte da cadeia florestal que está lá diluída nas contas nacionais e talvez muitas delas em outros setores da economia para que se possa contabilizar a participação do setor florestal na economia nacional.

Finalizou informando da contratação de uma consultoria para elaborar um conjunto de produtos. Finalizou informando que já está selecionado o consultor Sebastião Valverde e esse trabalho deve ser finalizado no início do próximo ano, talvez final de março.

Thaís Linhares Juvenal (SFB) explicou da importância desses dois trabalhos, tanto o de preços quanto o da conta satélite florestal, para o entendimento econômico do que é a floresta e do que a floresta movimenta em termos de potencial de emprego, de potencial de renda.

Finalizou afirmando que o Serviço Florestal considera que esses são trabalhos de base, são trabalhos estruturais para a formulação de políticas, de instrumentos públicos e privados para a regulação e para a expansão da economia florestal no Brasil.

Antônio Carlos Hummel (Presidente) agradeceu, em nome do Serviço Florestal Brasileiro, a presença de todos e finalizou a reunião.

A reunião foi encerrada às 16:45.

Anexo 1 – Lista dos Presentes

Reunião do dia 17/11/2009

MEMBROS:

	Nome	Instituição
01	Antônio Hummel	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
02	Carlos Eduardo Portela Sturm	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
03	Paulo Yoshio Kageyama	<u>Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência</u> - SBPC
04	Carlos Adolfo Bantel	Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais - SBEF
05	José Rubens Pereira Gomes	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS
06	Kleber Souza dos Santos	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo brasileiro - MAPA
07	Milton Kanashiro	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA
08	Cássio Trovatto	<u>Ministério do Desenvolvimento Agrário</u> - MDA
09	Fani Mamede	<u>Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura</u> - CONTAG
10	Vilmar Locatelli	Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - FBOMS
11	Moysés Bernarrós Israel	Confederação Nacional da Indústria - CNI
12	Gustavo de Souza Abreu	Ministério da Defesa - MD
13	Geraldo Divino de Assis	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
14	Afonso Celso Brandão Sá	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC

OBSERVADORES:

	NOME	INSTITUIÇÃO
1	Derick Pantoja Martins	COEMA/FIEPA
2	Jorge Yared	IDEFLOR
3	Marisa Faria	GSI/PR
4	Gustavo Machado	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
5	Varlone Martins	Serviço Florestal Brasileiro – SFB/LPF
6	Cristiane Pinheiro	DFLOR – Ministério do Meio Ambiente
7	Thiago Longo Menezes	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
8	Marcus Vinicius	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
9	Regina Teixeira Almeida	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
10	Fabiana Souza	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
11	Thais Linhares	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
12	Natalino Silva	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
13	Marcello Arguelles	Serviço Florestal Brasileiro - SFB
14	Gabriel Rego	Serviço Florestal Brasileiro - SFB